



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Processo SGPe n.º 8665/2026**

**UNIDADE(S) REQUISITANTE(S)**

**Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras – DPGC**

**1 OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea a; art. 18, II, e art. 40, § 1º, I, da Lei n.º 14.133/2021)**

- 1.1 Registro de preços para futura e eventual aquisição produtos de enfermaria e cirurgia, nos termos do Anexo I (Requisição GEBER nº 231/2026 e GEJUD nº 232/2026) e ANEXO VI (Relação de Compras Total nº 71/2026), para atendimento da demanda da Gerência de Bens Regulares – **GEBER** e Gerência de Bens Judiciais – **GEJUD**, conforme planejamento realizado para o ano corrente, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina – SES/SC, conforme condições e exigências estabelecidas neste termo de referência.
- 1.2 **Catálogo eletrônico de padronização (art. 19, II e § 2º, da Lei n.º 14.133/2021)**
- 1.2.1 As especificações do objeto respeitam o catálogo eletrônico de padronização, conforme consulta ao Catálogo de Materiais e Serviços do Governo de Santa Catarina, que pode ser realizada pelo seguinte [link](#).
- 1.2.1.1 Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes neste termo de referência e no catálogo eletrônico de padronização, prevalecem as primeiras.
- 1.3 **Natureza do objeto – bem comum**
- 1.3.1 Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, com características técnicas e funcionais, definidas por meio de especificações usuais existentes no mercado.
- 1.4 **Natureza do objeto – classificação acerca da categoria de bem de luxo (art. 20 da Lei n.º 14.133/2021 e art. 5º, parágrafo único, do Decreto estadual n.º 2.355/2022)**
- 1.4.1 Os bens objetos desta contratação não se enquadram como bens de luxo, conforme Decreto estadual nº 2.355, de 16 de dezembro de 2022.
- 1.5 **Prazo do contrato e, se for o caso, possibilidade de sua prorrogação**
- 1.5.1 Os prazos de execução e de vigência do contrato, bem como a possibilidade de prorrogação, quando for o caso, estão descritos no modelo de execução do objeto (item 5 deste termo de referência).



## 2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea b, da Lei n.º 14.133/2021)

A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar que integra a instrução processual, elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

## 3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea c, e art. 18, § 1º, VII, da Lei n.º 14.133/2021)

### 3.1 Solução como um todo

3.1.1 A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar que integra a instrução processual.

### 3.2 Condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material (art. 40, IV, da Lei n.º 14.133/2021)

3.2.1 A solução como um todo abrange a observância das condições adequadas de transporte, guarda e armazenamento, devendo os materiais ser entregues em embalagem íntegra, observadas as condições de conservação, prazo de validade e demais exigências sanitárias aplicáveis.

### 3.3 Exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica

3.3.1 Não se aplicam exigências relacionadas à manutenção ou assistência técnica ao objeto da presente contratação.

## 4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea d, da Lei n.º 14.133/2021)

### 4.1 Indicação de marcas ou modelos (art. 41, I, da Lei n.º 14.133/2021).

4.1.1 Na descrição do objeto dos itens de Código CIASC, 504223381, 080918210, 504223458, 080918837, 504222151, há indicação de marcas por se tratarem de objetos oriundos de demanda judicial, onde foram indicadas marcas pelo prescritor e sendo determinado por via judicial a execução com aquisição de produtos com marcas.

4.1.2 Na descrição dos objetos dos itens de Código CIASC 6474006, 46523002, 67083001, 67083002, a indicação da marca /modelo devido à necessidade de compatibilidade do insumo com o equipamento já existente nas unidades hospitalares, especificamente, a fim de garantir o correto funcionamento e a segurança dos procedimentos. Dessa forma, a indicação da marca do



equipamento, torna-se indispensável para assegurar a interoperabilidade do insumo com o parque tecnológico existente, preservando a padronização, a eficiência operacional e a continuidade da assistência.

4.2 **Vedação à contratação de determinada marca ou produto (art. 41, III, da Lei n.º 14.133/2021).**

4.2.1 Não há vedação à contratação de qualquer marca ou modelo.

4.3 **Exigência de amostra(s) (art. 41, II, da Lei n.º 14.133/2021).**

4.3.1 Administração fundamenta a exigência de amostras no Art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, devido à **natureza crítica** dos materiais de Enfermagem e Cirurgia

4.3.1.1 A descrição técnica em edital é insuficiente para avaliar a ergonomia, resistência mecânica e segurança biológica em ambiente estéril.

4.3.1.2 A medida visa evitar que produtos teoricamente compatíveis falhem na prática, gerando prejuízos ao erário e riscos à vida do paciente.

4.3.1.3 A falta de testes prévios pode levar à contratação de material de má qualidade, forçando a Administração a refazer o processo, gerando um custo administrativo muito superior ao custo da análise da amostra

4.3.2 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar será convocado pelo Pregoeiro, via sistema eletrônico, para apresentar a amostra.

4.3.2.1 As amostras serão solicitadas, através do Mapa de Análise Técnica, apensado ao processo, para posterior publicação do Pregoeiro.

4.3.2.2 O quantitativo solicitado será de **3 (três) a 5 (cinco) unidades** por item, conforme a necessidade de avaliação do objeto e a depender da sua forma de apresentação. Para produtos que não permitam fracionamento, será solicitada a embalagem fechada de **01 (uma) caixa**, independente do quantitativo existente na caixa. O quantitativo exato será informado no Mapa de Análise Técnica.

4.3.3 Quando Solicitadas, as amostras deverão ser entregues no setor de protocolo da Secretaria de Estado da Saúde, na Rua Esteves Júnior,160 – Centro – CEP: 88.015-130, em horário das 08 h às 17 h, no prazo de 07 (sete) dias úteis após a convocação.

4.3.4 A prorrogação será admitida uma única vez por igual período, mediante justificativa encaminhada para o e-mail [dpgc.naenf@saude.sc.gov.br](mailto:dpgc.naenf@saude.sc.gov.br), dentro do



prazo inicial para entrega das amostras.

4.3.5 A não entrega no prazo ou local estipulado acarretará a **desclassificação imediata** da proposta.

4.3.5.1 Deverá ser entregue o quantitativo, cada item solicitado conforme estipulado na comunicação do pregoeiro, em sua embalagem original de comercialização, acompanhada de manuais, catálogos em português e de registro na ANVISA conforme apresentado na proposta.

4.3.5.2 As amostras serão recusadas quando: a entrega ocorrer em condições inadequadas de transporte e armazenamento, que comprometam a esterilização do produto e as condições higiênico-sanitárias do mesmo; bem como estiverem com a embalagem violada; recebimento fora do prazo estipulado; marca, registro e ou produto diferente do apresentado em proposta ou divergente do descritivo do edital.

4.3.5.3 As amostras serão conferidas segundo o **Checklist** de Avaliação de Amostra (Anexo VIII). Caso estejam em conformidade com o descritivo, seguirão para avaliação de desempenho, funcionalidade e qualidade em unidade hospitalar. A escolha da unidade avaliadora será baseada no maior quantitativo planejado para o item ou na unidade que detenha o serviço de referência.

4.3.5.4 Os critérios relativos aos padrões mínimos de qualidade e desempenho encontram-se descritos no Check-list de avaliação de amostra (ANEXO VIII) e Formulário de Análise de Qualidade Técnica (ANEXO IX).

4.3.5.5 O resultado das análises de amostras será divulgado através do Mapa de Análise Técnica, anexado ao processo e acompanhado pelo check-list e ou Formulário de Análise de Qualidade Técnica.

4.3.5.6 O licitante declara estar ciente de que o manuseio, abertura de embalagens estéreis e a realização de testes destrutivos necessários à avaliação técnica não ensejarão direto a indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

4.3.5.7 As amostras aprovadas cuja apresentação original tenha sido preservada poderão ser retidas para fins de conferência quando da entrega definitiva do objeto.



4.3.5.8 As amostras rejeitadas que não tenham sido submetidas à análise da unidade hospitalar poderão ser retiradas no Protocolo da Secretaria de Estado da Saúde, situado à Rua Esteves Júnior, nº 160, Centro, CEP 88.015-130, no horário das 08:00 às 17:00. A equipe de análise enviará e-mail comunicando a disponibilidade para retirada; transcorridos 10 (dez) dias da emissão do aviso sem manifestação da empresa, a Secretaria de Estado da Saúde dará o destino que entender adequado às amostras, não cabendo nenhuma solicitação de ressarcimento.

4.3.5.9 A data, local e horário da análise das amostras poderão ser solicitados pelos interessados antes do envio das amostras, através do e-mail [dpgc.naenf@saude.sc.gov.br](mailto:dpgc.naenf@saude.sc.gov.br).

#### 4.4 **Exigência de carta de solidariedade (art. 41, IV, da Lei n.º 14.133/2021)**

4.4.1 Não há exigência de carta de solidariedade entre fornecedor e revendedor ou distribuidor.

#### 4.5 **Subcontratação**

4.5.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 4.6 **Garantia da contratação**

4.6.1 Não há exigência de garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

### 5 **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea e; art. 18, III e VII, e art. 40, caput, II, e § 1º, II e III, da Lei n.º 14.133/2021)**

#### 5.1 **Utilização do sistema de registro de preços (art. 40, caput, II, da Lei n.º 14.133/2021)**

5.1.1 A licitação será processada por meio de Sistema de Registro de Preços.

5.1.1.1 Na apresentação das propostas e lances não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo (art. 82, III, da Lei n.º 14.133/2021).

5.1.1.2 Os licitantes deverão apresentar proposta considerando a quantidade total dos itens previstos neste termo de referência, vedada a possibilidade de apresentação de proposta ou lance em quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

5.1.1.3 A existência de preços registrados não obrigará a Administração



a contratar. As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades menores, conforme a efetiva necessidade, ou maiores, respeitando-se os limites de acréscimos estabelecidos pela legislação.

5.1.1.4 Não será permitida a adesão à ata de registro de preços, pois a adesão à ata, prevista no art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, é faculdade da Administração e não configura obrigação, devendo observar critérios de conveniência, oportunidade e capacidade operacional do órgão gerenciador, além da real possibilidade de atendimento da demanda adicional, sem prejuízo às necessidades do órgão ou entidade participante. No caso em questão, optou-se por restringir a utilização da ata exclusivamente aos participantes originalmente listados no termo de referência, considerando os seguintes fatores:

5.1.1.4.1 Capacidade limitada de fornecimento: o quantitativo estimado foi calculado com base na demanda específica desta pasta. A ampliação do volume por meio de adesões poderia comprometer o atendimento dentro dos prazos previstos, gerar risco de desabastecimento ou desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.1.1.4.2 Particularidades técnicas do objeto contratado: trata-se de produto com especificações voltadas às necessidades específicas do órgão demandante, o que pode não ser compatível com as demandas genéricas de terceiros aderentes.

5.1.1.4.3 Controle gerencial da ata: ao restringir a adesão, a Administração assegura maior controle sobre a execução do contrato, facilitando o acompanhamento da regularidade do fornecimento e o cumprimento das condições pactuadas.

5.1.1.4.4 Controle gerencial da ata: ao restringir a adesão, a Administração assegura maior controle sobre a execução do contrato, facilitando o acompanhamento da regularidade do fornecimento e o cumprimento das condições pactuadas.

## 5.2 Forma de fornecimento (art. 18, VII, da Lei n.º 14.133/2021)

5.2.1 A forma de fornecimento do objeto será integral.

## 5.3 Instrumento contratual (art. 95 da Lei n.º 14.133/2021)



5.3.1 O termo de contrato será substituído por Autorização de Fornecimento.

#### 5.4 **Prazo de vigência e prorrogação**

5.4.1 O prazo de vigência da contratação inicia-se a partir da data de recebimento, pelo fornecedor, da Autorização de Fornecimento. Na forma do art. 105 da Lei n.º 14.133/2021, o contrato permanecerá vigente enquanto perdurarem os prazos de execução, recebimento provisório e definitivo e de pagamento, estipulados neste termo de referência.

5.4.2 Eventual prorrogação do prazo de vigência obedecerá ao disposto no art. 111 da Lei n.º 14.133/2021.

#### 5.5 **Condições de execução – prazo de entrega (art. 18, III, da Lei n.º 14.133/2021)**

5.5.1 A entrega do objeto deverá ser realizada em remessa única no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento, pelo fornecedor, da Autorização de Fornecimento (AF) empenhada.

5.5.2 Independentemente da forma de fornecimento, caso não seja possível a entrega dos bens dentro do prazo, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

#### 5.6 **Local(is) de entrega (art. 40, § 1º, II, da Lei n.º 14.133/2021)**

5.6.1 Os bens deverão ser entregues diretamente à Unidade Solicitante conforme especificação do objeto nos endereços: Gerência de Bens Regulares (GEBER), e Gerência de Bens Judiciais (GEJUD), situadas na Rua Judite Melo dos Santos, n.º 251, galpão 06 e 09 – Distrito Industrial – São José – SC, CEP 88104-765, telefone (48) 3664-7752.

#### 5.7 **Demais condições de execução (art. 18, III, da Lei n.º 14.133/2021)**

5.7.1 A execução do contrato obedecerá às seguintes regras:

5.7.1.1 Funcionários da contratada deverão apresentar-se sempre com identificação e/ou credencial na Unidade Solicitante respeitando as normas de cada instituição;

5.7.1.2 O material deverá indicar na embalagem terciária (transporte) a razão social da Contratada, o número do processo de compra, o número da nota fiscal e o número do documento de fornecimento;

5.7.1.3 O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s);

5.7.1.4 O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade



no momento do recebimento;

5.7.1.5 Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, este deverá constar na embalagem;

5.7.1.6 A embalagem deverá estar íntegra e em perfeitas condições de utilização;

5.7.1.7 O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias, de acordo com as legislações vigentes para cada item;

5.7.1.8 Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional;

5.7.1.9 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

5.7.1.10 A contratada deverá ofertar treinamentos relacionados ao objeto licitado, nas Unidades Solicitantes, mediante demanda da equipe técnica, quando necessário.

## 5.8 **Garantia técnica do objeto contratado (art. 40, § 1º, III, da Lei n.º 14.133/2021)**

5.8.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido no art. 26 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 5.9 **Exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica**

5.9.1 Não se aplicam a esta contratação exigências relacionadas à manutenção ou à assistência técnica.

## 6 **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea f, da Lei n.º 14.133/2021)**



**6.1 Indicação de gestor e de fiscal(is) do contrato ou da ata de registro de preços**

6.1.1 A ata de registro de preços e o contrato serão geridos e fiscalizados pelos seguintes agentes:

Solicitante	Matrícula	Gestor	Meio de contato
GEBER	360.382-2-01	Alexandre de Souza (Gerente)	(48) 3665.5525 / souzaa@saude.sc.gov.br
GEJUD	244.594-8-01	Amarildo Vando Albino (Gerente)	(48) 3664.7791 / <a href="mailto:licitacaogjud@saude.sc.gov.br">licitacaogjud@saude.sc.gov.br</a>

Solicitante	Matrícula	Fiscal	Meio de contato
GEBER	377.977-7-01	Rodrigo de figueiredo Souza	(48) 3665.5526 / gerabdamad@saude.sc.gov.br
GEJUD	393.864-6-02	Saulo Paiva Smith	(48) 3664.7791 / licitacaogjud@saude.sc.gov.br

**6.2 Condições gerais do modelo de gestão**

6.2.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.2.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.2.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.2.5 Após a assinatura do termo do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is)



do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021).

### 6.3 Gestor

6.3.1 Incumbe e compete ao gestor do contrato ou da ata de registro de preços:

6.3.1.1 Iniciar, instruir, manifestar-se e submeter à autoridade maior para decisão os seguintes atos e procedimentos:

6.3.1.1.1 Prorrogação e suspensão de prazo;

6.3.1.1.2 Alterações qualitativas e quantitativas;

6.3.1.1.3 Reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro;

6.3.1.1.4 Processo administrativo sancionador;

6.3.1.1.5 Recomendar a autoridade maior a abertura de processo licitatório, quando for o caso;

6.3.1.1.6 Quaisquer outros atos e procedimentos que impliquem a celebração de termo aditivo, apostilamento ao contrato/ata ou qualquer outro registro.

6.3.1.2 Quanto à prorrogação e vigência do contrato ou ata, iniciar, instruir, manifestar-se e submeter à autoridade maior, comunicando a necessidade da prorrogação ou da abertura de nova licitação, atentando especialmente para:

6.3.1.2.1 No caso da prestação de serviços, 180 (cento e oitenta) dias antes do vencimento do contrato:

6.3.1.2.1.1 Consultar o contratado, tomando por escrito o compromisso de prorrogação; e

6.3.1.2.1.2 Solicitar ao setor competente levantamento de preços no mercado, para fins de comprovação da vantajosidade;

6.3.1.2.2 No caso de fornecimento de produtos, quando os saldos se mostrarem insuficientes.

6.3.1.3 Quanto às alterações qualitativas e quantitativas iniciar, instruir, manifestar-se e submeter à autoridade maior:

6.3.1.3.1 Acréscimos, supressões e as alterações de interesse da própria Administração;

6.3.1.3.2 Alterações solicitadas pelo titular do contrato ou ata;

6.3.1.3.3 Modificações no cronograma físico-financeiro;

6.3.1.3.4 Substituições de materiais e equipamentos;

6.3.1.3.5 Modificações das especificações, para melhor adequação



técnica;

6.3.1.4 Quanto ao reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro iniciar, instruir, manifestar-se e submeter à autoridade maior todas as intercorrências, em especial:

6.3.1.4.1 Reajustes nos termos fixados em Contrato/Ata;

6.3.1.4.2 Revisão e repactuação solicitadas pela Administração ou pelo titular do contrato ou ata.

6.3.1.5 Dar prosseguimento aos atos e procedimentos encaminhados pelo fiscal do contrato ou ata;

6.3.1.6 Dirimir dúvidas, orientar tecnicamente, esclarecer ou solucionar questionamentos, falhas, omissões ou alterações no projeto básico, fazendo-o por escrito;

6.3.1.7 Instruir o processo com justificativa e manifestações técnicas necessárias;

6.3.1.8 Cadastrar os Contratos/Ata nos sistemas informatizados do Governo apropriados (SIGEF, SICOP, etc...);

6.3.1.9 Manter os registros atualizados nos sistemas informatizados do Governo;

6.3.1.10 Requerer auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;

6.3.1.11 Manter atualizadas as estimativas de consumo:

6.3.1.11.1 Para fins de apurar a suficiência do saldo até o término do Contrato ou ata;

#### 6.4 **Fiscal**

6.4.1 Incumbe e compete ao fiscal do contrato ou da ata de registro de preços:

6.4.1.1 Identificar o objeto contratado;

6.4.1.2 Conhecer as condições estabelecidas no contrato ou ata, edital ou especificações técnicas para o recebimento do objeto (especificações do produto/serviço, prazo, forma de execução, etc...);

6.4.1.3 Praticar os atos necessários à verificação do fiel cumprimento das obrigações, exigindo as providências necessárias para tal fim;

6.4.1.4 Receber o objeto contratado e proceder o atesto/certificação da despesa;

6.4.1.5 Recusar produto ou serviço em desacordo com as condições fixadas em edital;



- 6.4.1.6 Exigir por escrito, a reparação ou correção, comunicando ao gestor do contrato ou ata nas hipóteses de não atendimento ou quando as soluções excedam as suas competências;
- 6.4.1.7 Notificar, por escrito, a contratada quanto ao não cumprimento das obrigações, fixando prazo para cumprimento ou apresentação de justificativa;
- 6.4.1.8 Encaminhar ao gestor do contrato ou ata, a solicitação de instauração de processo administrativo sancionador, com os registros das ocorrências, das notificações, defesas e justificativas da Contratada, se for o caso, e documentação necessária;
- 6.4.1.9 Aceitar ou rejeitar, motivadamente, a indicação do preposto feita pela empresa contratada;
- 6.4.1.10 Manter contato com o preposto;
- 6.4.1.11 Desempenhar suas atividades com autonomia e independência fiscalizatória, buscando as condições necessárias para o desempenho da função, comunicando ao gestor do contrato ou ata sobre suas necessidades;
- 6.4.1.12 Acompanhar a manutenção, pela contratada, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.4.1.13 Acompanhar sistematicamente a execução contratual ou da ata, mantendo registro das ocorrências e dos documentos relativos à fiscalização;
- 6.4.1.14 Manter os registros de confirmação de recebimento dos comunicados a contratada;
- 6.4.1.15 Assegurar o cumprimento do cronograma físico-financeiro;
- 6.4.1.16 Identificada necessidade de modificações contratuais, encaminhar ao gestor do contrato ou da ata com as devidas justificativas;
- 6.4.1.17 Conhecer os prazos de execuções contratuais e dar subsídios para as prorrogações, quando necessários, ou se manifestar contrário à prorrogação;
- 6.4.1.18 Assegurar a presença dos documentos exigidos em contrato para fins de pagamento;
- 6.4.1.19 Apontar, através de instrumentos de medição, a necessidade de glosas em notas fiscais;



6.4.1.20 Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;

6.4.1.21 Conhecer seus limites de atuação na atividade de fiscalização, bem como zelar pela estrita observância das cláusulas contratuais específicas e das normas internas aplicáveis.

## 6.5 **Regras para recebimento (art. 18, III, e art. 40, § 1º, II, da Lei n.º 14.133/2021)**

### 6.5.1 Competência para recebimento

6.5.1.1 O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

6.5.1.2 O objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão a ser oportunamente designado(a) pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

### 6.5.2 Prazos de recebimento

6.5.2.1 O recebimento provisório será realizado no ato da entrega ou ao final da instalação ou montagem quando esses serviços forem de responsabilidade do contratado.

6.5.2.2 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento provisório.

6.5.2.3 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, uma única vez, por igual período, mediante aviso ao contratado, quando houver necessidade de diligências a serem realizadas pela Administração para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5.2.4 Suspenderá o prazo de recebimento definitivo a concessão de prazo ao contratado para a solução de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente. Nesse caso, o reinício da contagem do prazo considerará o tempo já transcorrido, computando-se a partir da nova contagem apenas o intervalo de tempo restante entre a data da suspensão e o termo final inicialmente previsto para o recebimento definitivo.

6.5.2.5 Os bens rejeitados deverão ser trocados no prazo de 10 (dez) dias.

6.5.2.5.1 No caso de rejeição parcial ou total de bens, será



interrompido o prazo de recebimento definitivo. Nesse caso, em relação aos bens rejeitados, haverá reinício da contagem do prazo de recebimento definitivo, em sua totalidade, a partir da nova entrega e recebimento provisório.

6.5.2.5.2 A concessão de prazo para troca de bens rejeitados não afasta a possibilidade de aplicação de sanção quando descumprido o prazo de entrega.

### 6.5.3 Métodos e efeitos do recebimento

6.5.3.1 O recebimento provisório ocorrerá de forma sumária.

6.5.3.2 O recebimento definitivo avaliará o atendimento das exigências contratuais.

6.5.3.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência, na proposta, no edital da licitação, no termo de contrato ou em qualquer dos anexos desses documentos.

6.5.3.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens, a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da execução incorreta do contrato.

6.5.3.5 O contratado, mesmo não sendo o fabricante ou produtor da matéria-prima empregada no produto, responderá pela sua qualidade e autenticidade, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, sejam eles resultantes de fabricação ou transporte. Quando os vícios, defeitos ou incorreções forem constatados por testes ou exames, o contrato obriga-se a ressair os custos à contratante.

6.5.3.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado por vício de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas constantes deste termo de referência, da proposta, do edital e de seus anexos, constatada apenas posteriormente ao recebimento, garantindo-se ao



contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/1990.

## 6.6 Sanções

6.6.1 A apuração de infrações e aplicação de sanções aos licitantes, aos beneficiários de ata de registro de preços e aos contratados obedecerá ao disposto no Decreto estadual n.º 441, de 19 de janeiro de 2024.

## 6.7 Cláusula anticorrupção

6.7.1 As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

6.7.1.1 Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis n.º 8.429/1992 e n.º 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

6.7.1.2 Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

6.7.1.3 Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

6.7.1.4 Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA n.º 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

## 7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea g, da Lei n.º 14.133/2021)

### 7.1 Medição e recebimento

7.1.1 As regras de recebimento estão indicadas no item 6 deste termo de referência.

### 7.2 Pagamento

7.2.1 O pagamento, precedido de liquidação da despesa, será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do recebimento definitivo.

## 8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea h, da Lei n.º 14.133/2021)



### 8.1 **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio de processo de licitação na modalidade pregão sob forma eletrônica com adoção do critério de julgamento de menor preço.

### 8.2 **Parcelamento do objeto**

8.2.1 O julgamento das propostas ocorrerá por **lote(s)**, uma vez que se verifica a necessidade de agrupamento dos itens de código 46523001, 67083001, 46523002, 67083002, em um lote único devido à **interdependência funcional e técnica** existente entre eles. A aquisição separada desses produtos poderia resultar na contratação de marcas distintas com padrões de compatibilidade diversos, o que comprometeria a eficiência, a padronização e a finalidade do objeto.

### 8.3 **Tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte**

8.3.1 É inaplicável o tratamento diferenciado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) para o item ou lote cujo valor estimado for superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) (art. 4º, § 1º, I, da Lei n.º 14.133/2021).

- **Cota reservada de até 25%**

8.3.2 Os itens ou lotes compostos de bens de natureza divisível cujo valor estimado é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), serão licitados com cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

- **Licitação exclusiva**

8.3.3 Não se aplica a licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte (art. 48, I, da Lei Complementar, uma vez que a não vantajosidade se justifica visto que, após pesquisa à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), foi verificado que apenas 3% dos fornecedores da SES/SC, com CNAE relacionados à comercialização de produtos para a saúde, estão enquadrados como ME/EPP, potencial fator para gerar licitações desertas e fracassadas, as quais engendrariam retrabalho à Administração, na medida em que o procedimento licitatório deveria ser repetido para ampliação da competição, sem possibilidade de utilização imediata da contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 75º, III, alíneas a e b, da Lei n.º 14.133/2021. Evitar a repetição de procedimentos licitatórios é medida que privilegia o princípio da eficiência (art. 37º, caput, da Constituição Federal) e permite uma melhor gestão



dos insumos necessários à prestação do serviço público de promoção da saúde, tão essencial à população (PSES 153680/2023).

#### 8.4 **Participação de consórcios**

8.4.1 Não será admitida a participação de consórcios.

8.4.1.1 Justificativa: A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a busca de condições vantajosas pela Administração.

#### 8.5 **Critério de aceitação da proposta**

8.5.1 A proposta deverá conter a descrição completa do item cotado, apresentando, no mínimo:

- 8.5.1.1 Apresentação do produto;
- 8.5.1.2 Nome comercial/marca/modelo/ referência;
- 8.5.1.3 Quantidade solicitada no edital e quantidade na embalagem;
- 8.5.1.4 Preço unitário;
- 8.5.1.5 Fabricante;
- 8.5.1.6 País de origem do produto;
- 8.5.1.7 Apresentar documento referente ao RMS (Registro no Ministério da Saúde) dentro da validade (página da ANVISA e/ou publicação no DOU) e/ou protocolo atualizado de solicitação de revalidação;
- 8.5.1.8 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro encaminhará a proposta do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar para análise da área técnica competente;
- 8.5.1.9 A área técnica verificará a conformidade do objeto ofertado da seguinte forma:
  - 8.5.1.9.1 Serão consideradas marcas de qualidade pré-comprovada aquelas já avaliadas pelo Governo do Estado em aquisições anteriores, desde que não tenham apresentado



registros de queixas técnicas ou desempenho insatisfatório durante a execução contratual;

8.5.1.9.1.1 Será verificado se a marca ofertada consta como "**aprovada**" no Banco de Marcas Pré-qualificadas do Estado, o que servirá como referência para a classificação da proposta;

8.5.1.9.1.2 Para produtos que não possuam pré-qualificação ativa, não tenham sido adquiridos anteriormente ou que requeiram certificações específicas (INMETRO, CA, laudos e relatório de desempenho), a área técnica realizará a análise detalhada dos documentos e amostras para garantir que atendam aos requisitos de qualidade, durabilidade e desempenho;

8.5.1.9.1.3 Marcas que possuam histórico de discrepância relevante entre as amostras avaliadas e o uso prático, ou que tenham deixado de atender exigências técnicas em contratos anteriores, serão submetidas a análise rigorosa ou poderão ser consideradas reprovadas para o certame.

8.5.1.10 Caso os laudos, certificações ou documentos técnicos não tenham sido apresentados junto à proposta, o Pregoeiro convocará o licitante via "CHAT" ou e-mail para apresentá-los, a fim de subsidiar a análise da área técnica.

8.5.1.11 A não apresentação dos documentos solicitados ou o não atendimento às diligências no prazo estipulado acarretará a desclassificação da proposta por descumprimento das especificações técnicas.

## 8.6 **Garantia da proposta**

8.6.1 Não será exigida garantia da proposta prevista no art. 58 da Lei n.º 14.133/2021.

## 8.7 **Habilitação**

8.7.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### • **Habilitação jurídica**

8.7.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.7.1.2 Empresário individual: registro comercial arquivado na Junta



Comercial respectiva;

- 8.7.1.3 Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.7.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 8.7.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.7.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 8.7.1.9 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021;



8.7.1.10 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

8.7.1.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

• **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.7.1.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.7.1.13 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa aos tributos federais, dívida ativa e seguridade social/INSS;

8.7.1.14 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do estado ou Distrito Federal;

8.7.1.15 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.7.1.16 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;

8.7.1.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.7.1.18 Declaração de observância ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

8.7.1.19 Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

• **Qualificação econômico-financeira**

8.7.1.20 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, quando admitida sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.7.1.21 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, caput, II, da Lei n.º 14.133/2021);

• **Qualificação técnica**

8.7.1.22 Prova do atendimento aos seguintes requisitos previstos em lei



especial.

8.7.1.22.1 **Autorização de Funcionamento (AF)** vigente, conforme atividade exercida, especifica para a classe do produto objeto da aquisição (Publicação no Diário Oficial da União e/ou documento obtido a partir da página da ANVISA);

8.7.1.22.2 **Licença de Funcionamento Sanitária** vigente, conforme atividade exercida, especifica para a classe do produto objeto da aquisição, emitida pela Vigilância Sanitária local (publicação no Diário Oficial do Estado ou Município, conforme o caso ou cópia autenticada em cartório do documento original expedido pela Vigilância Sanitária Local). Caso a revalidação da Licença de Funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a licitante deverá apresentar o protocolo de revalidação (Art. 10, II, da Lei nº 6.437/1977; Art. 12 do Decreto nº 79.094/1977);

8.7.1.22.3 Para os fornecedores (filiais) que apresentarem a AF no CNPJ da matriz, deverão apresentar, também, a Licença de Funcionamento Sanitária vigente ou o protocolo de revalidação, conforme atividade exercida, no CNPJ da filial;

8.7.1.22.4 Para os objetos que, de acordo com os regulamentos vigentes, forem dispensados da obrigatoriedade de Licença de Funcionamento Sanitária e Autorização de Funcionamento, deverão ter justificativas apresentadas pelo fornecedor;

8.7.1.23 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.7.1.23.1 Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.7.1.23.2 Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.7.1.23.3 Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;



8.7.1.23.4 Registro previsto no art. 107 da Lei n. 5.764, de 1971;

8.7.1.23.5 Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.7.1.23.6 Seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.7.1.23.7 Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 8.8 Margem de preferência

8.8.1 Não haverá margem de preferência prevista no art. 26, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

## 8.9 Critérios de desempate

8.9.1 Em caso de empate, serão aplicados os critérios do art. 44 da Lei Complementar n.º 123/2006 e do art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.

8.9.2 Permanecendo o empate, a escolha do melhor classificado será realizada por sorteio.

## 9 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea i, art. 18, IV, e arts. 23 e 24 da Lei n.º 14.133/2021)

9.1 O custo estimado total da contratação e dos custos unitários, em sendo o caso, constam nos seguintes documentos anexos:

9.1.1 Relação de Compras Orçamento n.º 232/2026 (ANEXO VI.a);

9.1.2 Documento de Instrução de Pesquisa de Preços (ANEXO IV);



9.1.3 Planilha de Pesquisa de Preços e Documentos Complementares (ANEXO V).

9.2 Os preços estimados determinados com base em menos de três preços, ou estimados com critérios diferentes de média, mediana ou menor valor num conjunto de menos de três preços, foram devidamente justificados na Planilha de Pesquisa de Preços, com aval do gestor responsável (Diretor) e da autoridade competente (Superintendente), condicionada a assinatura do Termo de Referência.

## 10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea j, da Lei n.º 14.133/2021)

10.1 Adotado o sistema de registro de preços, o processo encontra-se instruído com indicação do código do elemento de despesa, conforme art. 35, § 1º do Decreto estadual n.º 47, de 9 de março de 2023, conforme documento emitido pela Superintendência do Fundo Estadual de Saúde.

## 11 CONSIDERAÇÕES GERAIS E FINAIS

11.1 São anexos deste termo de referência, sendo dele partes integrantes:

11.1.1 Anexo I - Requisição 231/2026 GEBER e Requisição 232/2026 GEJUD;

11.1.2 Anexo II - Relação de SCCD (Estimativas de orçamento e quantidades);

11.1.3 Anexo III - Análise de Riscos;

11.1.4 Anexo IV - Documento de Instrução de Pesquisa de Preços;

11.1.5 Anexo V- Planilha de Pesquisa de Preços;

11.1.5.1 Anexo V.a - Fonte 1;

11.1.5.2 Anexo V.b. - Fonte 2;

11.1.5.3 Anexo V.c. - Fonte 3;

11.1.6 Anexo VI- Relação de Compras Total 071/2026;

11.1.6.1 Anexo VI.a – Relação de Compra Orçamento 071/2026;

11.1.6.2 Anexo VI.b – Relação de Compra e Totalização 071/2026;

11.1.7 Anexo VII – Termo de Ciência de Gestor e Fiscal;

11.1.8 Anexo VIII – Check list de avaliação de amostras;

11.1.9 Anexo IX – Formulário de Análise Técnica – FAT;

11.1.10 Em caso de divergência entre as disposições deste termo de referência e de seus anexos prevalecem as primeiras.

11.2 As especificações deste termo de referência estão de acordo com os regulamentos aplicáveis ao objeto licitado e observação das normativas estaduais em sua elaboração.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE COMPRAS

Versão fev/2026

11.3 Agente(s) público(s) que elabora(m) o termo de referência:

Nome	Matrícula	Meio de contato	Endereço SGPe
Luzane Medianeira Pinheiro Rosa	0365978-0-01	(49) 3664.9009 <a href="mailto:naenf@saude.sc.gov.br">naenf@saude.sc.gov.br</a>	SES/DPGC/NAENF

11.4 Autoridade competente pela aprovação do termo de referência:

Nome	Matrícula	Meio de contato	Endereço SGPe
Rodrigo Stigger Dutra	0389733-8-01	(48) 3664.9009 / <a href="mailto:sac@saude.sc.gov.br">sac@saude.sc.gov.br</a>	SES/SAC

11.5 Gestor Responsável da Unidade Requisitante

Nome	Matrícula	Meio de contato	Endereço SGPe
Crystian Gonçalves Martins	399495-0-01	(48) 3664.8788 / <a href="mailto:dpgc@saude.sc.gov.br">dpgc@saude.sc.gov.br</a>	SES/DPGC

Florianópolis, data da assinatura digital no SGPe.

**A validade deste documento está condicionada à(s) assinatura(s) digital(is) no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGPe)**



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **C10FOD99**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **CRYSTIAN GONÇALVES MARTINS** em 26/02/2026 às 18:55:52  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:34:43 e válido até 13/07/2118 - 13:34:43.  
(Assinatura do sistema)

✓ **LUZANE MEDIANEIRA PINHEIRO ROSA** em 27/02/2026 às 08:57:21  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/07/2019 - 14:53:27 e válido até 10/07/2119 - 14:53:27.  
(Assinatura do sistema)

✓ **RODRIGO STIGGER DUTRA** em 27/02/2026 às 18:33:52  
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:02:28 e válido até 13/07/2118 - 15:02:28.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTifMDAxNDIzNDhfMTQzNDgxXzlwMjZfQzEwRk9EOTk=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00142348/2026** e o código **C10FOD99** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.